

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

# **G** BOLETIM GOIANO *de* eografia

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS/GEOGRAFIA

---

VOL. 19 - N.º 2 - JAN./DEZ. 1999

# CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA QUANTITATIVA

Lyz Elizabeth Amorim Melo Duarte\*

## RESUMO

O texto constitui uma abordagem teórica do método quantitativo aplicado à história. Especifica as tendências da história quantitativa, percebendo no seu interior três correntes: a história serial, a história quantitativa propriamente dita e a *new economic history*. Finalmente, procura estabelecer a importância e as limitações da história quantitativa, analisando suas vinculações com a história social.

---

**UNITERMOS:** História; Métodos históricos; História quantitativa.

## ABSTRACT

This piece of work is a theoretic approach of the quantitative method applied to history. It specifies the tendencies of quantitative history, identifying three currents: serial history, the actual quantitative history and new economic history. Finally, it tries to establish the importance and the limitations of quantitative history, analysing its connections with social history

---

**KEY WORDS:** History; Historical methods; Quantitative history.

## 1. INTRODUÇÃO

O início de uma pesquisa de qualquer ordem exige uma preocupação inicial: qual método utilizar para se chegar ao objeto que se deseja conhecer?

A tarefa que este trabalho pretende enfrentar é iniciar o estudo das possibilidades metodológicas para se aproximar de uma realidade que se quer desvendar. Está claro que as possibilidades são múltiplas e deverão ser exploradas gradativamente.

---

\* Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFG. Doutora em História Econômica pela USP.

A partir da consciência da variedade de métodos, necessário se faz priorizar algum para uma primeira abordagem. Esse procedimento não restringe a possibilidade de outras abordagens, as quais poderão ser exploradas posteriormente.

A proposta do presente trabalho é uma aproximação do método quantitativo utilizado na exploração de fatos históricos, a fim de indagar as possibilidades de sua utilização no conhecimento de determinadas estruturas fundiárias. Pretende inicialmente formular e procurar responder a algumas indagações acerca da postura histórica que antecedeu a utilização dos métodos quantitativos. Posteriormente, busca trabalhar com as circunstâncias nas quais foi estabelecido o quantitativismo como método de abordagem dos fatos históricos e explicar a significação do método quantitativo, as principais críticas que recebeu e as limitações apontadas ao seu emprego. Finalmente, procura indagar a respeito da utilidade do método em questão no desenvolvimento de determinadas realidades que podem ser quantificáveis.

Para atingir esses objetivos, serão considerados diferentes autores que participaram da formulação dessa metodologia ou que analisaram criticamente a produção teórica dessa abordagem histórica.

A vinculação entre disciplinas diversas coloca-se, atualmente, como realidade nos meios acadêmicos. A questão da multidisciplinaridade tem levado profissionais de diversas áreas a constituírem equipes de trabalho bastante heterogêneas em sua formação. A base de tal procedimento repousa na constatação de que a realidade é um todo globalizado, inteiro. A ação do pesquisador sobre um tema específico é que irá multifacetá-la, dividi-la. Cada diferente disciplina retira da realidade o objeto que lhe convém, observando-o do ângulo mais apropriado. Assim é que o método quantitativo na história pode prestar-se à realização de pesquisas em áreas afins: sociologia, antropologia, geografia humana etc.

## 2. A IMPORTÂNCIA DO MÉTODO

Como abordar uma realidade? E, além de aproximar-se dessa realidade, como desvendar o seu passado?

A tarefa não é simples, considerando-se que o fato não existe apenas em si. Ele é apreendido através da percepção do investigador. E este é orientado por um método.

A complexibilidade é maior quando lidamos com a tentativa de compreensão das sociedades humanas – sua constituição, seus movimentos, os processos de mudança ou os fatores que concorrem para a permanência das instituições sociais. Podemos dizer que, em se tratando das ciências humanas, temos um elemento complicador. O objeto dessas ciências é multifacetado e mais ambíguo.

A história não foge a essa situação. A forma de encarar um fato varia de uma época para outra. Os métodos se sucedem na constituição dessa área de conhecimento. A seleção dos fatos já implica uma primeira escolha. A sua abordagem envolve a necessidade de opção entre uma variedade de acontecimentos. O que priorizar como fato histórico? E, uma vez feita a escolha e em contato com uma documentação, como trabalhar esse material?

As formas utilizadas na seleção e classificação de fatos que reconstituem a trajetória dos homens variam de uma época para outra e, ainda, entre diferentes estudiosos, que se congregam em grupos ou escolas.

Diferentes maneiras de escolher, manusear e interpretar documentos levam a variações na forma de realizar a tarefa de conhecimento e interpretação do relacionamento que os homens travam com a natureza e com os outros homens, na construção das diferentes sociedades. Os homens criam métodos diferentes de abordagem do seu passado histórico.

A historiografia registra a variedade de formas com que os homens procuram perpetuar a sua vivência na terra, utilizando relatos orais, escritos ou mesmo obras de arte como pinturas, esculturas etc. Entretanto, não é tarefa fácil a análise dessas diferentes tendências teóricas e metodológicas. Ciro Cardoso formula uma questão a esse respeito. Ele pergunta: “Que posição cabe, na atualidade, à história, dentro do conjunto mal definido das ciências do homem?”, e responde:

Digamos logo que uma resposta clara e definitiva a tal pergunta talvez seja impossível. Atitudes e correntes mal diferenciadas, em

alguns casos contraditórias, caracterizam os historiadores de hoje; isto e a rapidez das mudanças que sofre nossa ciência em seu conjunto, fazem com que não seja tarefa suave tentar perceber suas linhas de evolução, ou avaliar quais delas prevalecerão. (CARDOSO e BRIGNOLI, 1979, p. 41)

Considero que a compreensão das correntes que dominam a história mais atual, permitindo a sua utilização nas pesquisas, pode ser facilitada pelo conhecimento das tendências que têm prevalecido nessa disciplina, no presente século.

### 3. ANTECEDENTES DA HISTÓRIA QUANTITATIVA

#### 3.1. História factual: sua superação

Remontando ao início do século XX, o predomínio era da concepção denominada “história historicizante” ou “história episódica”, (CARDOSO e BRIGNOLI, 1979, p. 21) que consistia na narração do fato, na reconstituição dos feitos heróicos. O domínio é da história biográfica. Não há necessariamente um nexo entre os diferentes episódios. O importante é registrar os feitos, datá-los e nomear os seus autores. É uma história ufanista. Os fatos são considerados singulares, individuais e não se repetem.

Nessa concepção, é tarefa do historiador registrar todo fato que tenha alguma significação para a sociedade na qual ele ocorre. São registrados principalmente os feitos políticos, religiosos, militares e, mais raramente, os episódios econômicos.

O historiador se considera imparcial ante o fato a ser priorizado, o que confere uma objetividade a sua tarefa. Essa postura perante o fato permite classificar essa tendência histórica como “positivista”. Os fatos, por si mesmos, conduzem a pesquisa e as conclusões dos estudiosos. A realidade impõe-se ao sujeito. O pesquisador não faz uma seleção do material. Ele deve registrar todos os fatos encontrados sem dar preferência a qualquer deles. A história está presente nos documentos encontrados. O fato é concebido como uma realidade exterior que se impõe ao estudioso. A síntese é dada pelo encadeamento linear dos fatos, em uma relação

contínua de causas e efeitos. Entretanto, essa forma de fazer história só permite a apreensão de uma causalidade mais imediata.

As principais mudanças ocorridas na história, como o estabelecimento de novas abordagens no estudo do fato histórico, foram delineadas na década de 1930. Entretanto, o movimento que gerou essas transformações deve ser buscado no ambiente que prevaleceu nas décadas anteriores. A movimentação em um ambiente de crise, ocasionada principalmente pela ocorrência da Primeira Guerra Mundial, suscitou questionamentos que desembocaram, algumas décadas mais tarde, na criação do Grupo de *Annales*.

Por outro lado, a evolução da história econômica, que vinha se processando desde o século anterior, também culmina, no início dos anos 30, com o estabelecimento da história quantitativa.

### 3.2. O surgimento da Escola dos *Annales*

De acordo com François Dosse, “a criação da revista dos *Annales* resulta da dupla mutação que perturbou tanto a situação mundial do pós 1914-1918 quanto o campo das ciências sociais”. (DOSSE, 1994, p. 21)

A idéia de um progresso contínuo, que prevalecia não só na história, mas nas ciências humanas, de maneira geral, rompe-se com o ambiente predominante na Europa e na América, no início do século XX. De acordo com Dosse (1994, p. 22), a crise está relacionada “às quebras dramáticas na economia capitalista em escala mundial, alcançando de um só golpe, a América e a Europa”. A sociedade está mergulhada na crise, no desemprego, o que implica a valorização dos aspectos econômicos e sociais, os quais devem ser trazidos para o nível de análise. Ora, são justamente esses aspectos que a história factual deixava em segundo plano. Os historiadores já não conseguem entender o que se passa, com o instrumental de análise utilizado até então. A crise se instala entre os estudiosos, que não conseguem responder aos questionamentos de seu tempo. A abertura às outras ciências afins é fruto de uma busca urgente e necessária de criar novos instrumentos que possibilitariam uma melhor visualização do momento presente.

O conhecimento da economia, incluindo a quantificação das variáveis econômicas e o acompanhamento da evolução dos preços, coloca-se como prioridade.

O ambiente de crise não atinge apenas os intelectuais, mas as populações de maneira geral, principalmente a juventude. Predominam os temas *anti* e, no caso da história, uma oposição sistemática à história factual. François Dosse chega a falar de uma “crise do espírito humano”, quando as verdades caem por terra e as crenças desmoronam: “A crise da história não foi uma doença específica que atingisse unicamente a história. Foi e é um dos aspectos, o aspecto propriamente histórico, de uma grande crise do espírito humano.” (DOSSE, 1994, p. 24)

Os homens questionam a idéia de um progresso contínuo, abalando os alicerces do evolucionismo. As ciências humanas desenvolvem-se nesse terreno: lingüística, psicanálise, antropologia e, principalmente, sociologia. Esta, a sociologia, luta por tornar-se uma ciência hegemônica que teria condições de unificar em torno de si o conjunto das ciências humanas e de construir a síntese do conhecimento da sociedade. Iria disputar esta posição com a história e com a geografia vidalina.

O contato da história com as demais ciências humanas foi um dos motivos da sua evolução. Essa luta por uma posição hegemônica e a necessidade de responder a um momento de crise concorreram positivamente para o seu crescimento. Há um aproveitamento de métodos, técnicas e vocabulário da economia política e da demografia. A sociologia influenciou a história quanto à problemática e à terminologia. O estruturalismo lingüístico e a antropologia influenciaram na reflexão dos pesquisadores sobre noções fundamentais. A história passa a interessar-se sobretudo pela vida econômica, na ânsia de responder aos desafios de seu tempo.

F. Furet (apud CARDOSO e BRIGNOLI, 1979, p. 25) assim se expressa, a respeito dessa história:

Toda a concepção da história tradicional desmoronou, pois seu objeto, o ‘fato singular’, deixou de dominar o horizonte do historiador: este se interessava, agora, em captar as pulsações, os ciclos de grande ou breve duração da vida econômica, seus efeitos sociais ou outros. A própria natureza da pesquisa a obrigava a colocar muito

claramente sua teoria explicativa e suas hipóteses de trabalho, a especificar os critérios de seleção ou elaboração de dados, o porquê da escolha deste ou daquele processo estatístico. Os acontecimentos não estavam de todo ausentes de suas preocupações pois, para explicar as flutuações conjunturais é necessário recorrer a eles: uma guerra, por exemplo, pode ter grande influência sobre a conjuntura comercial; mas já não se tratava de construir a história saltando de fato singular a fato singular. Quando se trabalha com curvas e séries estatísticas, o que importa, em última análise, é muito mais a tendência, o sentido da evolução do que tal ou qual fato ou dado particular.

Ainda de acordo com Cardoso e Brignoli, a nova problemática e metodologia da história pode ser resumida em quatro termos: quantificação, conjuntura, estrutura e modelo.

A superação do acontecimento, da busca do fato singular, leva a uma nova abordagem também com relação ao tempo. Fernand Braudel distingue três níveis, presentes no tempo histórico:

1- O nível dos acontecimentos da história episódica, que se move a curto prazo;

2- O nível intermediário da história conjuntural, de ritmos mais lentos, embora mais variáveis; e

3- O nível profundo da história estrutural, de maior duração. (Braudel, apud CARDOSO e BRIGNOLI, 1979, p. 27)

A utilização de números e séries estatísticas passou a ser um instrumental importante na construção da história, principalmente no nível intermediário e no mais profundo.

### 3.3. O desenvolvimento da história econômica

A evolução da história econômica teria desembocado na história quantitativa, baseada nas séries estatísticas, nos orçamentos e nas contabilidades nacionais.<sup>8</sup> Esta corrente historiográfica foi analisada pelo

---

8. Sobre o assunto, ver BOUVIER (1976).

historiador Jobson Arruda (1977). Sua perspectiva é mais estrutural. Ele analisa a história quantitativa e a história serial de maneira mais ampla, procurando a compreensão dos fatores de ordem histórica que induziram a criação desse método e a sua utilização. Faz uma correlação entre o desenvolvimento do capitalismo como um sistema econômico, político e social e a necessidade de utilização de métodos baseados em dados quantitativos. Vai relacionando a utilização de tais dados com o desenvolvimento do sistema e, principalmente, com seus momentos de crise.

Arruda trata primeiramente da instalação de uma mentalidade quantitativa, a qual estaria ligada ao desenvolvimento do sistema capitalista. Essa mentalidade teria nascido com o próprio desenvolvimento da vida mercantil, e essa propensão ao quantitativo viria a ser uma característica do mundo contemporâneo. Os registros estatísticos mais precisos seriam encontrados justamente nas regiões onde primeiramente as relações capitalistas se desenvolveram. “Os levantamentos estatísticos... se tornaram fundamentais para a análise do crescimento econômico da Europa durante a época moderna.” (ARRUDA, 1977, p. 466)

A contabilidade nacional tem sua origem no séc. XIX para um reduzido número de nações; para outros, durante a Primeira Guerra Mundial; para um número mais destacado, entre 1930 e 1939; o resto do mundo, somente depois de 1945. (ARRUDA, 1977, p. 467)

Mas teria sido a crise de 1929 a responsável pela necessidade de um controle sistemático que pudesse evitar as catástrofes econômicas. Nesse contexto, a história teria se sensibilizado com o destino dos povos, procurando as saídas para a crise. Ela se questiona e se nega, como metodologia de abordagem, e faz um enorme esforço no sentido de se superar e de encontrar respostas para a problemática da época. As dimensões econômica e social da história, até então pouco exploradas, são as que mais irão se desenvolver.

A história econômica até então não passava de um ramo da história das civilizações. Conforme Jobson Arruda, por volta de 1840 a história econômica adquiriu os primeiros contornos e, entre 1879 e 1888, ganhou maturidade e independência (ARRUDA, 1977, p. 468). Ela recebeu

influência do marxismo, o que permitiu a integração entre análise econômica e explicação histórica.

Posteriormente seria influenciada pela Escola Histórica Alemã de Economia Política, para a qual “não existem leis universais e sim conjuntos, estruturas que só têm validade no interior dos sistemas econômicos.” (ARRUDA, 1977, p. 468)

Da confluência dessas duas tendências teria resultado uma mutação, uma crise da consciência histórica, desembocando na criação dos *Annales*. “Essa mistura homogênea de Marx, Schomoller, Simiand provoca reações químicas que levam a uma mutação decisiva, a uma crise de consciência histórica, da qual a criação dos *Annales* em 1929 foi o símbolo.” (Bouvier, apud ARRUDA, 1977, p. 469)

A própria crise do final dos anos 20 leva os historiadores à procura de novas abordagens na história. Surge, da própria evolução da história econômica, uma história quantitativa que vai basear suas pesquisas nos dados, nas séries estatísticas, nos orçamentos públicos etc. Representaria um encontro entre história e economia.

#### 4. A HISTÓRIA QUANTITATIVA

A quantificação sistemática, inaugurada com os estudos da conjuntura econômica, através de séries estatísticas, significou mudança quantitativa não só ao nível dos métodos e técnicas, como a nível epistemológico. (CARDOSO e BRIGNOLI, 1979, p. 25)

A quantificação histórica consiste em uma abordagem que se utiliza de dados e séries estatísticas para auxiliar na compreensão do passado do homem. Essas séries devem ser construídas para responder a questões muito precisas. Esse tipo de história exige a explicação das hipóteses. É necessário uma clareza teórica e metodológica que possa orientar o levantamento da documentação, a qual possibilita a construção de séries coerentes e homogêneas.

O importante nesse tipo de construção não é cada dado individual, isolado, mas o próprio “esboço da curva” (CARDOSO e BRIGNOLI, 1979, p. 30). Importa o valor do dado em uma série, referindo-se aos que

o antecedem e o sucedem. A rigor, na construção da série, deve-se buscar principalmente a homogeneidade e a coerência interna.

Pierre Chaunu assim se expressa a respeito dessa história construída por séries:

História Serial é a que codifica, que anexa o aberrante ao significativo, é uma História ligada ao presente, uma História útil, fornecedora de índices, uma História que vai buscar sua problemática às ciências do homem do presente, adaptando-se às estruturas do passado. Cada vez menos a História serial ficará cantonada apenas ao setor do econômico. (CHAUNU, 1976, p. 68)

#### 4.1. Tendências da história quantitativa

A história quantitativa não se apresenta como uma unidade que possa homogeneizar procedimentos metodológicos, formulações teóricas e conceituais etc. Ela foi sendo construída a partir da contribuição de diferentes pesquisadores, o que, inclusive, dificulta a nomeação de traços comuns. Entretanto, é possível agrupar as características que se repetem e propor tendências no seu interior.

Ciro Cardoso e Héctor Brignoli (1979, p. 31) estabelecem, didaticamente, divisões dentro da história quantitativa. Esta teria, segundo eles, se diferenciado em correntes ou tendências “em torno de duas atitudes básicas”.

A primeira seria representada pelo grupo do *Annales* e marcada por uma rejeição da separação entre história econômica e história global. Seria caracterizada pela prudência na realização do documento e na validade conferida às formulações teóricas, e pelo respeito à especificidade.

A segunda tendência estaria confinada à própria história econômica, realizada por economistas que se utilizaram da história como campo de aplicação da teoria econômica. Seria marcada por um refinamento na utilização de conceitos e na formulação de modelos econométricos, e ainda pela posse de uma tecnologia estatístico-matemática.

Um esquema elaborado por Cardoso e Brignoli (1979, p. 31-39) explica essas tendências da história quantitativa, englobando dois pontos de vistas fundamentais e três coerentes:

- a “história serial”, dos historiadores economistas (“Escola do Annales”: E. Labrousse, J. Meuvret, G. Imbert, R. Baehrel etc.);
- a “história quantitativa” dos economistas historiadores:
- 1º “história quantitativa” (S. Kuznets, J. Marczewsky, J. C. Toutain);
- 2º “New Economic History” (S. Engerman, A. Fishlow, B.F. Hoselitz, R.W. Fogel, A.H. Conrad, R.R. Meyer etc.)

#### 4.1.1. A história serial

Consiste em uma corrente da história quantitativa, elaborada por historiadores atentos para a crítica da documentação a ser utilizada. Contou com economistas como Labrousse, que exigia de si mesmo o rigor do historiador no manuseio dos documentos. Conservando a herança da Escola Alemã de Economia Política, trabalhavam com a idéia de que as teorias econômicas devem ser construídas sobre sistemas econômicos concretos. Atentos ao problema dos anacronismos, recusavam-se a aplicar a teoria econômica mais atual a períodos anteriores. Construíram as teorias histórico-econômicas aplicadas ao sistema econômico estudado. Para tanto, elaboraram estudos regionais (monografias) localizados e que serviram como suporte para a teorização. Concluíram que esses estudos localizados permitem demonstrar em um mesmo país, por exemplo, ritmos conjunturais diversos, diferenças estruturais e processos defasados de desenvolvimento.

Esse cuidado com a reconstituição histórica em nível mais regional, através de monografias, análises de empresas etc., abalou a crença, presente no século XIX, em uma evolução simultânea, e no mesmo ritmo, dos diferentes elementos ou níveis que compõem a sociedade. Esses trabalhos localizados permitiram apreender a variedade dos ritmos entre os diferentes setores: econômico, social, político, das mentalidades etc. A técnica de fragmentar a realidade, através da construção das séries, e a sua visualização através de computadores, permitindo comparar um grande número de dados, teria permitido tais procedimentos.

Essa tendência histórica não nega a possibilidade de construção de hipóteses explicativas globais. Apenas as controla e as baseia em uma grande quantidade de estudos mais localizados.

Cardoso e Brignoli (1979, p. 34) dão uma definição da história serial:

Em seu conjunto, os estudos da escola histórica francesa caracterizam-se por um certo empirismo, hipóteses de caráter operacional e sínteses de tipo qualitativo. Sendo os fenômenos econômicos analisados no marco de um determinado período, em sua dimensão diacrônica, freqüentemente através de indicadores.

Os historiadores dos *Annales* não exageravam na utilização da teoria econômica e de instrumentos estatístico-matemáticos, mas eram rigorosos na utilização de documentos que pudessem fornecer os números para as construções de séries.

As fontes utilizadas foram, ainda de acordo com Cardoso e Brignoli (1979, p. 35-36):

- 1- Fontes estruturalmente numéricas reunidas como tais e usadas pelo historiador para responder a perguntas diretamente relacionadas com o seu campo original de pesquisas. Por exemplo os registros paroquiais, para a história demográfica; as estatísticas oficiais da produção para o historiador (...)
- 2- As fontes estruturalmente numéricas, mas usadas pelo historiador substitutivamente para encontrar respostas totalmente estranhas a seu campo original de pesquisas. Assim, por exemplo, a utilização dos preços como indicadores do crescimento econômico (...)
- 3- As fontes não estruturalmente numéricas mas que o historiador trata de utilizar de modo quantitativo (...) por exemplo, as fontes notariais usadas para o estudo da história serial

#### 4.1.2. A história quantitativa

Surge nos Estados Unidos, na metade do século XX, com S. Kuznets, e a partir dos anos 60 desenvolve-se também na França, com Jean Marczewsky e J. C. Toutain. “É uma história econômica feita por

economistas e que pretende limitar-se às cifras e ao raciocínio sobre tais cifras. Nela os homens, empresas e forças econômicas quase desaparecem do cenário.” (Romano, Bouvier e Mandrou, apud CARDOSO e BRIGNOLI, 1979, p. 37)

#### 4.1.3. A new economic history

Também é uma vertente econômica construída por economistas, embora em muitos aspectos seja mais elaborada que a história econômica anteriormente citada. Surgiu em torno de 1957 e pela sua coerência pode ser considerada uma escola. Utiliza procedimentos e modelos da econometria e tem como tendência a quantificação absoluta, o que levou seus formuladores a deixar de lado aspectos dificilmente quantificáveis. Utiliza o método hipotético-dedutivo e seus pressupostos são derivados da teoria econômica. Há uma grande preocupação com o rigor, um desprezo pelas fontes literárias e uma maior utilização de métodos estatísticos.

Outra característica metodológica importante é o emprego de “hipóteses alternativas como meio de controle das explicações causais, o que implica o apelo à simulação histórica” (CARDOSO e BRIGNOLI, 1979, p. 38). Consistiria em criar uma situação hipotética e compará-la com a situação transcorrida de fato.

Essa vertente recebe também a denominação de “história contrafactual”. Ela apresenta três aspectos:

1- Consiste na classificação e processamento do material primário existente.

2- Propõe a “reconstrução de medidas que podiam ter existido no passado mas que não existem mais”. (HUNT, 1976, p. 152-157)

3- Emprega o “conceito contrafactual condicional, começando com a premissa de que só podemos compreender o significado daquilo que aconteceu se o compararmos com aquilo que podia ter acontecido e continuando com a quantificação daquilo que podia ter acontecido.” (HUNT, 1976, p. 154)

Ainda uma característica importante da *new economic history* é a rejeição das interpretações globais e o ecletismo nas explicações.

Pode-se considerar como expoente dessa escola Robert Fogel, que fez análises da lucratividade da estrada de ferro Union Pacific, nos EUA. Também Ransom, J. R. Meyer e A. H. Conrad ajudaram a construir essa metodologia.

A lógica subjacente a essa tendência histórica é controversa. Afirma-se que um evento ou instituição influenciou o aparecimento de uma determinada situação histórica. Implicitamente a esse raciocínio, constrói-se outro: o de que sem essa influência a situação histórica não se verificaria daquela forma. A contribuição do método consiste em descobrir a diferença entre o que aconteceu na verdade e o que poderia ter acontecido na ausência dos acontecimentos analisados. Pode ser muito questionada, mas é uma abordagem interessante que se tem prestado até a produções cinematográficas. É por alguns considerada um terreno comum entre a história e a ficção, e também é chamada de *quase história*.

Uma comparação entre a chamada velha história econômica e a nova história econômica, ou seja, a *new economic history*, é realizada por E. F. Hunt (1976), o qual considera que a diferença entre as duas tendências seria mais de grau que de qualidade. A ênfase dada à quantificação não seria original. Na *nova história econômica* haveria uma ênfase maior no método estatístico. Ela teria introduzido a medida indireta. Seus métodos seriam mais sutis e mais teóricos. Entretanto, também não partiu do grau zero, mas apoiou-se em trabalhos já realizados pela *velha história econômica*. Os chamados *novos historiadores* radicalizaram para conseguir novos adeptos.

## 5. IMPORTÂNCIA E LIMITAÇÕES DA HISTÓRIA ECONÔMICA

A história econômica tem ainda importância na reconstrução do passado dos homens? É possível recorrer a séries estatísticas para melhor compreensão do funcionamento e evolução das sociedades? Quais os limites da quantificação e como superar suas fragilidades?

A partir da análise do trabalho de alguns historiadores, procuraremos respostas a essas questões.

Pierre Chaunu (1976) faz considerações acerca da história econômica e afirma que ela deixou de ser revolucionária, pois teria feito a sua mutação, ou seja, se imposto como método e área de estudo, nas décadas 1930 e 1940. Entretanto, se deixou de ser revolucionária, não perdeu a importância. Constata-se até que está muito avançada em relação a outros setores da história. Com relação a este último ponto, fica uma questão: partindo para a conquista de novos setores, a história econômica não poderia se confundir com a história social, a história do cotidiano, das mentalidades etc., perdendo sua especificidade? Parece-me que a explicação está nas considerações que Chaunu faz: a história econômica seria um método ou um conjunto de métodos. E o revolucionário, ele diz, é o estudo serial dos fenômenos.

Pierre Chaunu chama a atenção para a importância do estudo serial dos fenômenos, para a construção de séries significativas. Ele vai mostrar que o importante é o resgate dessas séries e a sua análise. Propõe trazer esses dados para uma área de compreensão que chama de “sensibilidade”. A meu ver, isso consiste em encontrar os dados, as séries de dados, e saber ler através delas; ou seja, conseguir captar aspectos da sociedade, da vivência, das relações entre os homens, através das séries.

O avanço nas pesquisas históricas leva à possibilidade de construção das séries significativas, o que facilitaria a passagem da descrição à estrutura e da estrutura à conjuntura. O econômico, mais mensurável, leva aos ritmos mais profundos. Ele afirma textualmente: “O econômico prima na medida em que, mais facilmente do que qualquer outro setor, é suscetível de passar pela elaboração estatística e, portanto, de servir a um tratamento serial” (CHAUNU, 1976, p. 67).

A história serial pressupõe a utilização de “fontes maciças”, utilizando a expressão de Ernest Labrousse, ou de “massas adormecidas”, na expressão de Pierre Gombert.

Exemplificando a utilização da história econômica em outros setores, Pierre Chaunu afirma que os registros paroquiais, construídos em séries, podem ser fontes de história demográfica e de história religiosa. Ele dá exemplo de como se poderia utilizar as séries para estudar a região:

- as análises das visitais episcopais e arquiidiaconais, e dos registros de deliberação dos consistórios poderiam ser feitas através de séries;

- a análise dos registros paroquiais pode levar à compreensão do preparo do matrimônio, o noivado. A partir da análise do tempo do noivado ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, chegou-se à contestação de que a instituição noivado teria sido atingida pela reforma católica. (CHAUNU, 1976, p. 70-71).

- o estudo das datas em que o batismo foi efetuado – distância, em dias, entre o nascimento e o batismo – poderia mostrar a sensibilidade religiosa perante o batismo.

Para Chaunu, a história religiosa estaria em vias de se tornar serial. Poder-se-ia realizar análises maciças do coletivo religioso, dos registros paroquiais, católicos ou protestantes.

Além dos registros paroquiais, outra fonte de estudo seriam as séries judiciais.

### 5.1. As vinculações da história social com a história quantitativa

Um autor que analisa a história quantitativa relacionando-a com outras dimensões da história é Albert Soboul (1973).

Soboul está preocupado em analisar o desenvolvimento de duas vertentes: a da história qualitativa-social e a da história quantitativa.

De acordo com o autor, há algumas considerações a ser feitas acerca da história social. Em primeiro lugar, que a história social traduz um estado de espírito”. Reporta-se a Lucien Febvre e afirma que a história social ocupa-se “do homem enquanto membro de um grupo social e socialmente determinado”. Deveriam ser estudados não o homem, mas “as sociedades humanas, os grupos organizados”. O acontecimento deve ser visto dentro de uma concepção total de história: “O homem como membro de um grupo social e de uma sociedade humana” (SOBOUL, 1973, p. 27). Em segundo lugar,

a história social não é só um estado de espírito, pretende ser também disciplina particular entre o conjunto das ciência históricas. (...)

Ocupa-se do estudo da sociedade e dos grupos que a constituem tanto nas suas estruturas quanto sob o ângulo da conjuntura, do tipo cíclico de igual modo que na longa duração. Daí mudanças de métodos, o ultrapassar do estágio descritiva e o recurso necessário à medida e ao quantitativo.” (SOBOUL, 1973, p. 28)

Albert Soboul mostra que à partir da década de 1930 podem-se observar avanços e recuos na história social, ao se analisar a historiografia francesa. Os *Annales* representaram um grande avanço. A história econômica, que se utilizou amplamente das medidas, teve progresso espetacular. Quanto à história social, não teve o mesmo desenvolvimento por falta de um método específico.

Implícita a este raciocínio está uma comparação com a história econômica, que teria se desenvolvido com a utilização de métodos quantitativos, enquanto a história social continuava baseando-se nas descrições. Vários trabalhos escritos na década de 1930 (Simiand, Labrousse, Earl J. Hamilton) valeram-se de séries homogêneas e contínuas, de índices econômicos fundamentais, realizando uma reconstituição numérica. Com isso, mostraram o quanto estava ultrapassado o método monográfico, baseado no descritivo e no descontínuo.

Esses escritos empreenderam a renovação da história social.

Soboul mostra que “o quantitativo serve de suporte a uma história social”. O historiador social serve-se de séries, de números, com uma sensibilidade ao seu significado humano, procurando ver, por exemplo, como os rendimentos são apropriados pelas diferentes categorias sociais. “A história social é realmente quantitativa, com a condição, porém, de os dados numéricos que utiliza não serem desencarnados e dessocializados.” (SOBOUL, 1973, p. 30).

Para Albert Soboul, o atraso da história social estava ligado à forma como era realizada: essencialmente descritiva, enfocando as classes dominantes – suas riquezas, costumes, memórias, correspondências – mas sem estudos sérios sobre seus rendimentos.

O desenvolvimento do quantitativismo teria impulsionado a história social.

A utilização mais sistemática da história econômica na compreensão das estruturas sociais não teria começado em 1956 ou 1957. Soboul

cita trabalhos interessantes de Georges Lefebvre, na década de 1920 (*Les Paysans du Nord pedant la Rêvolution Française*, de 1924), e outros. Na década de 1950 esses estudos teriam recomeçado. Cita Ernest Labrousse (relatório apresentado ao X Congresso Nacional de Ciências Históricas, em 1955: *Vois Nouvelles vers une histoire de la bourgeoisie occidentale aux XVIII e XIX siècles – 1700-1850*) e outros. Georges Lefebvre afirmava: “Não basta descrever, além disso é preciso contar.” (Lefebvre, G., apud SOBOUL, 1973, p. 32). Chamava a atenção para a necessidade de utilizar o método estatístico. Por exemplo, no estudo das classes sociais e das profissões faz-se necessário numerar seus rendimentos e suas propriedades. Soboul mostra que é necessário assentar a história social em uma base demográfica e econômica. É preciso contar, frisa. A história social deve ser promovida ao plano do quantitativo. Entretanto, afirma, não se pode isolar o dado quantitativo, sob pena de se deformar o real. Mas, para Soboul, “a causa está ganha”, já que a informação estatística impõe-se cada vez mais. (SOBOUL, 1973, p. 33).

Dessa forma, a história social está estritamente vinculada às disciplinas vizinhas: demografia e história econômica. Utiliza-se de dados fornecidos por essas disciplinas afins. Entretanto, dados numéricos só têm sentido para responder a uma pergunta precisa. “Há necessidade de definições e de conceptualização.” (SOBOUL, 1973, p. 35).

Por que essa preocupação em ligar aspectos qualitativos e quantitativos?

Para responder a essa questão, Soboul chega ao conceito de estrutura. O que dá sustentação à sociedade é justamente a sua estrutura, e nesta, aspectos qualitativos e quantitativos estão estreitamente ligados e solidários. Dessa forma, só é possível a compreensão do funcionamento da sociedade interligando esses aspectos. A estrutura social seria “um conjunto orgânico de relações e coerências, simultaneamente econômicas, sociais e psicológicas... que o tempo mal enfraquece e transmite muito lentamente, segundo a expressão de Fernand Braudel.” (SOBOUL, 1973, p. 32).

Para a compreensão da estrutura, não é possível limitar-se apenas ao quantitativo. Há a necessidade da elaboração de hipóteses, construção de um esquema teórico capaz de guiar a reflexão e a investigação do

pesquisador para chegar à anatomia e à fisiologia da sociedade. Conceitos claramente elaborados devem servir de base para a utilização de medidas estatísticas, no estudo das estruturas sociais. Por exemplo, Soboul afirma que “o conceito de classes depende do domínio e do numeramento e da elaboração estatística”, mas deve estar apoiado em “critérios eficazes para distinguir as categorias.” (SOBOUL, 1973, p. 37).

Soboul afirma: “A história social é sem dúvida a dos grupos mas os indivíduos não podem reduzir-se a sinais anônimos”. O qualitativo e o quantitativo unem-se numa aliança em que a precisão numérica acompanha a análise descritiva para restituir, não um homem abstrato, mas o homem simplesmente, o homem indivisível.”

Quanto ao método monográfico, a sua aplicação deve ser precedida do tratamento estatístico. A monografia deve ser representativa, logo deve precedê-la uma visão global da sociedade. “Para descrever de maneira válida é preciso situar, para situar é preciso contar. Quantitativo e qualitativo, descrição e medida são estreitamente solidários.” (SOBOUL, 1973, p. 39).

Citando Adeline Daumard e François Furet, Soboul afirma que “não há história social que não seja quantitativa.” Ele concorda, mas faz uma ressalva: “Com a condição todavia de nos precavermos contra as ilusões dos números e a vertigem do número; o historiador não se deve deixar ludibriar pela sua enganadora certeza, nem pela sua aparente precisão.” (SOBOUL, 1973, p. 34).

Nessa obra, Soboul abre uma perspectiva para a questão do indivíduo dentro da totalidade. Há uma preocupação com o homem indivisível (na expressão de Labrousse). Ao mesmo tempo que levanta a preocupação com o numeramento, com a necessidade de contar etc., ele já mostra a preocupação de não reduzir o indivíduo a um ponto anônimo.

Uma questão que se coloca, a partir do texto de Soboul, é se o quantitativo serve de suporte a uma história total. E a resposta seria: em termos. Há de se compreender bem os dados a que se refere. Os números devem ser olhados com cuidado. Tem-se de procurar saber por que e como foram elaborados. Soboul diz: “De que adianta quantificar, se não temos perguntas?”

Caio Prado entra na discussão sobre a história quantitativa e sua contribuição será aqui analisada. (PRADO JR., 1975).

A abordagem de Caio Prado é mais uma crítica à utilização fria do dado quantitativo. Faz uma correlação entre história qualitativa e história quantitativa, mostrando que não é possível o uso de uma única abordagem, já que uma seria complementada pela outra.

Inicialmente, Caio Prado discute a utilização dos termos história qualitativa e história quantitativa.

História qualitativa seria a tradicional e superada historiografia consagrada até o advento da sua rival quantitativa.

A quantitativa consiste quase unicamente no levantamento de dados estatísticos, o que é realmente de maior importância e interesse mas que não traz, assim penso, (...) perspectiva efetivamente original para a renovação da historiografia e o maior conhecimento, em profundidade, do assunto. (PRADO JR., 1975, p. 1).

Percebe-se, pela forma como Caio Prado escreve, que ele vê com restrições esta proposta de divisão da história, questionando a sua consistência. Afirma que, apesar da discussão existente sobre o tema, não se fixou ao certo o que vem a ser cada uma dessas vertentes da história. E as definições que dá, ele atribui “aos apologistas dessa discussão”.

Caio Prado afirma que a história quantitativa, com os seus dados, suas séries numéricas, não é suficiente para a renovação da história. É preciso ir muito além, compreender os dados e, sobretudo, entender o que está por trás deles.

Nem será apenas com repertórios de dados quantitativos, por mais abundantes, rigorosos e significativos que sejam, que se elaborará tal conhecimento. É preciso muito mais que isso, sobretudo o essencial que consiste em compreender esses dados e o que está por detrás deles; alcançar o seu conteúdo e sentido profundo e aquilo que representam. E com isso penetrar no porquê e como das vicissitudes e contingências da existência coletiva do homem, a fim de conhecer melhor essa existência e poder orientá-la e conduzi-la (...) Tal como o passado individual de cada um de nós constitui a experiência pessoal com que contamos para a condução de nossas vidas, assim também a história é a experiência vivida das sociedades humanas. A historiografia deve ser o registro dessa experiência. (PRADO JR., 1975, p. 2-3).

Caio Prado analisa o porquê da consideração do qualitativo e quantitativo como elementos tão afastados e até em oposição um ao outro. Teria sido herança da metafísica aristotélica, transmitida pela escolástica, essa separação entre quantidade e qualidade como categorias diferentes. A posição de Caio Prado é que qualidade e quantidade se misturam, como, por exemplo, nas cores e nos sons. A quantidade, conforme a graduação, se transforma em qualidade. Mostra o exemplo da água, que, conforme a quantidade em que se encontra represada entre as margens, pode ser identificada qualitativamente como córrego, regato, ribeirão, rio etc.

Qualidade e quantidade não podem ser separadas uma da outra. A quantificação é sempre quantificação de algo, de alguma situação, circunstância ou fato histórico.

Para Caio Prado, “a análise lógica e epistemológica (...) da concepção de uma história quantitativa em oposição a outra qualitativa (...) não tem sentido.”(PRADO JR., 1975, p. 4). Não se constrói uma história quantitativa e outra qualitativa. Como quantidade e qualidade não são elementos separados, não há base para uma distinção epistemológica entre história qualitativa e quantitativa. Por isso é que a história qualitativa não consegue uma definição e precisão do ponto de vista metodológico.

O fator que teria impulsionado a epistemologia historiográfica na construção da história quantitativa seria, principalmente, a influência dos economistas, com sua técnica de análise econômica expressa nas formulações matemáticas. A quantificação foi erigida em chave mestra da verdade histórica. Mas os historiadores, muitas vezes, procederam anacronicamente, transportando conceitos e modelos aplicáveis a sua realidade para outras completamente distintas.

Caio Prado critica Pierre Chaunu, o qual pretende, com o uso do quantitativismo, superar o fato individual. Caio Prado mostra que essa superação consistiria apenas na integração do dado em uma série homogênea e não em um processo histórico ou em um contexto qualitativo considerado.

Além de fazer críticas à utilização do quantitativismo, Caio Prado afirma que a maior parte das circunstâncias na historiografia não são quantificáveis. O papel da quantidade na elaboração do conhecimento da

realidade histórica é modesto. E a quantidade é derivada e subsidiária da qualidade. “A historiografia se elabora com base na qualidade e a quantidade aparece como elemento subsidiário e derivado.” (PRADO JR., 1975, p. 9)

O obstáculo insuperável à realização de uma história econômica é que não há nenhuma história quantitativa em oposição a uma qualitativa.

Como superar as deficiências do quantitativismo? O importante, na reconstrução do comportamento coletivo dos homens, é determinar o processo através do qual a história se desenrola. Não basta dados em séries. O importante é captar o movimento da sociedade, integrando os dados e as situações descritas naquele movimento. Deve-se reconstruir a passagem, a progressão de uma situação para outra, resgatando os elementos que impulsionaram as mudanças. É necessário perceber a contradição dos fatos, o que leva à transformação, e visualizar os elementos que fazem uma situação transformar-se qualitativamente em outra. Para Caio Prado, esta é a visão dialética da realidade, que veio suplantando a tradicional historiografia descritiva ou eventual.

Ele conclui que as séries não são suficientes para se apreender o sentido da mudança, mas podem contribuir para isso. A quantidade é apenas uma determinação das circunstâncias. “As quantidades (...) podem revelar ou precisar relações entre as situações e circunstâncias de que tais quantidades são a medida.” (PRADO JR., 1975, p. 18).

Jobson Arruda é outro estudioso que se preocupa com os limites da história econômica e lhe tece críticas. Afirma que a “História Econômica não é um fim em si mesmo, mas um meio de apreender as realidades econômicas.” (ARRUDA, 1977, p. 479). Considera que a utilização de dados mensuráveis tem exigido uma redefinição conceitual que tem levado a incertezas. Alerta para o perigo do quantitativismo transformar-se em um “exercício estéril de lógica”. Menciona a crítica realizada pelos marxistas, principalmente Pierre Vilar, de que a consideração de “fatias decenais” pode deixar em segundo plano fatos com maiores significados para a história.

Jobson Arruda tece ainda uma crítica a respeito da adoção de modelos matemáticos, o que teria uma conotação ideológica: a construção de uma história linear, sem conflito de classes, sugerindo um “crescimento eterno do capitalismo”.

Apesar das dificuldades, Arruda considera útil a aplicação da matemática às ciências sociais, de maneira geral. Basta que o historiador, ao utilizá-la, tenha consciência da necessidade de ir além dos dados para compreender a história dos homens. “Para atingirmos o âmago da explicação da história, o concurso de muitos elementos é indispensável. (...) O quantitativismo aqui é entendido como um instrumento através do qual se pode adensar a análise qualitativa e não substituí-la.” (ARRUDA, 1977, p. 481).

Cardoso e Brignoli também tratam dos limites da história econômica. Afirmam que a utilização dos dados é uma “solução mágica”, além do fato de nem sempre ser possível a introdução de dados numéricos na pesquisa histórica. Colocam uma questão levantada por François Furet, de que a história quantitativa “privilegia o longo prazo e o equilíbrio de um sistema”. (Furet, F. Apud. CARDOSO e BRIGNOLI, 1979, p. 47). O problema é que dessa forma não é possível medir a transformação qualitativa do sistema. A utilização de “curvas ininterruptas” pode ainda esconder “transformações estruturais essenciais”. Um fato que ficou negligenciado entre os dados considerados pode ser importante para a compreensão da realidade analisada.

## 6. CONCLUSÃO

A última questão a ser analisada é se essa metodologia pode ser útil para a compreensão das sociedades humanas – sua constituição, seus movimentos, os processos de mudanças ou os fatores que concorrem para a permanência das instituições sociais. A resposta é afirmativa, mas há de se considerar as ressalvas que foram feitas pelos pesquisadores que trabalharam com essa tendência histórica, o quantitativismo.

A quantificação seria uma técnica, utilizada para o conhecimento da realidade, nos aspectos que possam ser traduzidos por números ou séries estatísticas. A história quantitativa é a que se utiliza de dados numéricos, analisando-os em séries, tentando estabelecer uma compreensão de aspectos quantificáveis dessa realidade. Sendo assim, uma estrutura agrária, por exemplo, pode ser quantificável, desde que apresente elementos suficientes para a análise.

O elemento quantitativo é importante para desvendar a estrutura agrária, porque aspectos quantitativos e qualitativos estão estreitamente ligados na estrutura e funcionamento da sociedade. Séries estatísticas soltas, desvinculadas, não explicam o real, devendo estar contidas em um esquema teórico capaz de guiar a reflexão e a investigação do pesquisador.

A utilização de dados, se possível agrupados em séries, poderia ser útil para o levantamento da situação agrária: extensão das terras, concentração fundiária, descentralização das propriedades etc. Outro dado interessante a ser procurado é o tempo em que uma determinada propriedade permanece com um certo tamanho. Por exemplo, quais as famílias que conseguiram, ao longo de uma geração, ampliar de maneira significativa a dimensão de suas terras? Qual é o momento em que a propriedade se fragmenta? Quando os filhos se tornam adultos a tendência é uma descentralização da terra ou um dos herdeiros manter a propriedade?

Para responder a esses questionamentos e levantar outros, é necessário recorrer ao que se pode perceber no texto de Pierre Chaunu, que é uma perspicácia para enxergar além do dado frio.

Além dessa perspicácia, é preciso atentar para o fato de que nem todas as situações históricas podem ser quantificáveis. Na análise das relações de poder, há certamente inúmeros fatos que não podem ser medidos. Por exemplo, é possível levantar o número de empregados de um proprietário de terras, mas esse dado não fornece o grau de subserviência desses trabalhadores ao seu patrão. A solução seria trazer para o nível da compreensão o ambiente em que esses dados se processaram. Ressaltou-se neste trabalho a importância de combinar uma tendência quantitativa com uma qualitativa, além de procurar conhecer a estrutura da realidade que está sendo investigada e seus movimentos de transformação e mudança, que, muitas vezes, não estão contidos nas séries homogêneas e bem elaboradas.

Certamente, procurando ampliar as possibilidades de compreensão da realidade que está sendo investigada, a utilização de dados e a construção de séries matemáticas poderá ser um recurso muito valioso.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, José Jobson de A. História e crítica da História Econômica Quantitativa. Separata da *Revista de História* n.º 110, S. Paulo, 1977, p. 463-481.

BOUVIER, Jean. O Aparelho Conceptual em História Econômica, In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Teoria da História*. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 135-151.

BURKE, Peter. A Escola dos *Annales*, 1929-1989. in: *A escrita da História*. S. Paulo: Unesp, 1991. p. 79-107.

CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Grasa, 1979.

CHAUNU, Pierre. Os novos domínios da História Serial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Org.). *Teoria da História*. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 66-72.

DOSSE, François. *A História em migalhas – dos Annales à Nova História*. S. Paulo: Ensaio, 1994, p. 7-98.

HUNT, E. F. A Nova História Econômica ou História Contrafactual. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Org.). *Teoria da História*. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 152-157.

PRADO Jr, Caio. História quantitativa e método da historiografia. *Debate e Crítica*. S. Paulo, v. 6, p. 1-20, jul. 1975.

SOBOUL, Albert. Descrição e medida em História Social. In: GODINHO, Vitorino de Magalhães. (Org.). *A história social, problemas, fontes e métodos*. Lisboa: Cosmos, 1973, p. 25-44.

VEYNE, Paul. O Conceito de História. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Org.). *Teoria da História*. São Paulo: Cultura, p. 120-134

\_\_\_\_\_. Tudo é História, portanto a História não existe. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Org.). *Teoria da História*. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 44-55.